

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – **CODEVASF** E A EMPRESA _____, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO COMPOSTO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, ELÉTRICO, ESTRUTURAL, HIDROSSANITÁRIO, PAISAGÍSTICO E DE PROCESSOS DE PRODUÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO DA PRODUÇÃO (CENTRALJAI), LOCALIZADA NO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO JAÍBA, MUNICÍPIO DE JAÍBA, NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**, empresa pública federal criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, alterada pelas Leis 9.954 de 06 de janeiro de 2000, 12.040 de 01 de outubro de 2009 e 12.196 de 14 de janeiro de 2010, com seu Estatuto aprovado através do Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada **CODEVASF**, neste ato representada por seu Superintendente da 1ª Superintendência Regional **ALDIMAR DIMAS RODRIGUES**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF: nº 149.203.956-04, RG nº M-274.308, SSP/MG, residente e domiciliado na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais e empresa _____, com sede à rua _____, CNPJ/MF nº _____, neste ato representada por seu _____, _____, CPF nº _____, CI _____-_____, residente e domiciliado à _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato de Empreitada por preço Unitário, em decorrência do Edital/2012 – Convite, com fulcro na Decisão nº, de/.../2012, do Superintendente Regional da 1ª SR da **CODEVASF**, constante à fl. do processo administrativo nº 59510.001991/2012-82, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o qual reger-se-á de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução dos serviços de elaboração de Projeto Básico, composto de projeto arquitetônico, elétrico, estrutural, hidrossanitário, paisagístico e de processos de produção das instalações da Unidade de Processamento da Produção (CENTRALJAI), localizada no Perímetro de Irrigação Jaíba, município de Jaíba, no estado de Minas Gerais e serão executados em conformidade com a Planilha de Preços Básico e inclui:

- a) Reforma das edificações existentes;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

- b) Pavimentação do pátio de manobras;
- c) Instalação de balança rodoviária;
- d) Construção de área coberta de embarque de mercadorias;
- e) Construção de área coberta de recebimento, lavagem e armazenagem de contenedores;
- f) Construção de área coberta de recebimento e lavagem de frutos;
- g) Construção de área coberta para almoxarifado;
- h) Adequação do fluxo interno/externo dos processos de produção;
- i) Construção de túnel frio de acesso às câmaras;
- j) Construção de área externa de refeitório e sanitários.

- 1.1 O Projeto a ser elaborado deverá respeitar arquitetura das edificações existentes.
- 1.2 O Projeto Básico deverá ser entregue impresso, encadernado e também em arquivos eletrônicos (DWG), todas em 03 (três) vias.
- 1.3 A elaboração dos serviços objeto desta licitação deverá ser em conformidade com a legislação vigente e, em especial, à:
 - a) Regulamentações de orçamento da **CODEVASF** definidos pela tabela divulgada pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI;
 - b) Normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
 - c) Normas Técnicas da **CODEVASF** para apresentação de desenhos em CAD;
 - d) Normas Técnicas existentes na CODEVASF para elaboração de Projeto Básico de engenharia e executivo, projetos estruturais, projetos elétricos, projetos hidráulicos, topográficos, sondagens e orçamentos;
 - e) Caderno de Encargos da **CODEVASF**;
 - f) Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
 - g) Código de Obras da respectiva Administração Municipal;
 - h) Legislação do Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento;
 - i) Programa Integrado de Produção de Frutas (PIF) do MAPA e Certificação GLOBALGAP;
 - j) Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
 - k) Legislação Ambiental Nacional e do Estado de Minas Gerais.
- 1.4 Na execução dos serviços objeto deste instrumento deverá ainda ser observado o cronograma de execução dos mesmos, observando-se, ainda, o seguinte:
 - a) Apresentar, na forma de relatório, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura deste instrumento, o estudo das alternativas técnicas encontradas, na forma de esboço de Pré-Projeto, para que seja analisado e aprovado pela área técnica da **CODEVASF**;
 - b) Apresentar, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da assinatura deste instrumento, o Projeto Básico definitivo, com base na alternativa aprovada pela **CODEVASF**, nos termos já descritos neste Edital.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DOCUMENTOS

Constituem partes integrantes e complementares deste contrato, independentemente de transcrição:

- 2.1 Edital nº. ____/2012 – Convite e seus anexos
- 2.2 Proposta da **CONTRATADA**, datada de _____
- 2.3 Documentação da **CONTRATADA**
- 2.4 Demais documentos contidos no processo nº 59510.001991/2012-82.
- 2.5 Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens precedentes desta cláusula e termos deste contrato, prevalecerão estes últimos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO

O prazo para a execução dos serviços objeto deste Contrato é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura deste contrato, com eficácia legal após publicação no DOU, tendo início e vencimento em dia de expediente na **CODEVASF**, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – VALOR

O valor global estimado do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

- 4.1 Nos preços contratados estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, tais como: todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, mão-de-obra, ensaios, testes de campo, seguros, transporte, salários, acordos, dissídios coletivos, alojamento, fornecimento de materiais, máquinas e equipamentos, necessários à sua execução, impostos, taxas, emolumentos, tributos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.
- 4.2 A **CONTRATADA**, ao assinar o presente instrumento manifesta expressamente sua concordância com os Termos de Referência (ANEXO I do Edital). Sendo assim, as eventuais alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite do artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, nos termos do disposto no artigo 125, § 6º, inciso III, da Lei 12.465/2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2012 e especificamente no que se refere aos itens contratados por preço global.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

- 4.3 Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeira do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.
- 4.4 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 4.4.1 Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior tributos ou encargos legais que por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas com a execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho: **15.244.2029.7k66.0031** – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local integrado – no estado de Minas Gerais, Categoria Econômica 3, sob a gestão da 1ª Superintendência Regional da **CODEVASF**, conforme Nota de Empenho NE, emitida em .../.../.....

6. CLÁUSULA SEXTA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos dos serviços serão efetuados à **CONTRATADA**, em reais e de conformidade com as medições realizadas nas datas finais de cada período de aferição estabelecidas no Cronograma de Medição, incluindo-se, em tais medições, os comprovantes técnicos que lhes deram origem (cadernetas de campo, boletins de sondagens, resultados de análises, relatórios dos produtos fornecidos ou parcelas destes, etc.), os serviços executados, as tarefas mensuráveis referentes a cada etapa da execução do contrato, incluindo os serviços executados no período, correspondentes às parcelas de preço global constantes do referido cronograma, devidamente atestadas pela fiscalização da **CODEVASF**, respeitado o prazo legal para tramitação do processo de pagamento e observadas as condições a seguir:

- a) Apresentação do Pré-Projeto, após aprovado pela fiscalização, 40% (quarenta por cento) do valor global contratado;
- b) Apresentação do Projeto Básico, após aprovado pela fiscalização, 60% (sessenta por cento) do valor global contratado;
- 6.1 Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada, conforme estabelece o art. XIV, “a” da Lei 8.666/93.
- 6.2 A **CODEVASF** considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à de entrega do documento de cobrança no local de pagamento das

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

obras/serviços, a partir da qual será observado o prazo citado na sub-cláusula 6.5, para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.

- 6.3 Só serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas – NF-e, conforme determina o protocolo ICMS/CONFAZ nº 42, de 3 de julho de 2009 e suas alterações.
- 6.4 A fatura deverá vir acompanhada da documentação relativa à aprovação por parte da Fiscalização do serviço faturado, indicando a data da aprovação do evento, que será considerada como data final do período de adimplemento da obrigação, conforme estabelece o artigo 9º do Decreto 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.
- 6.5 As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e, deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas à **CONTRATADA** para correções, se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 6.6 O documento de cobrança indicará, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho - NE, emitida pela **CODEVASF** e que cubra a execução dos serviços objeto deste contrato.
- 6.7 O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou meio de Ordem Bancária para pagamento de fatura com Código de Barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste instrumento.
- 6.8 Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 6.9 É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a entrega a **CODEVASF** dos documentos de cobrança acompanhados de seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela **CODEVASF** dos prazos estabelecidos.
- 6.10 Qualquer suspensão de pagamento devido ao descumprimento do disposto no subitem 6.8 não gerará para a **CODEVASF** nenhuma responsabilidade nem obrigação de reajustamento ou atualização monetária do valor devido.
- 6.11 Não constituem motivos de pagamento pela **CODEVASF** serviços em excesso, desnecessários à execução das obras e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste instrumento.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

- 6.12 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do instrumento, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejarão a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 6.13 Ficam excluídas da hipótese referida na sub-cláusula anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária, não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 6.14 Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido na cláusula 6.1, caso em que a **CODEVASF** efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

***AM** = Atualização Monetária*

***P** = Valor da Parcela a ser paga; e*

***I** = Percentual de atualização monetária, assim apurado:*

I = $(1+im_1/100)^{dx1/30x}(1+im_2/100)^{dx2/30x}(1+im_n/100)^{dxn/30x} - 1$, onde:

***i** = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;*

***d** = Número de dias em atraso no mês “m”;*

***m** = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária*

- 6.15 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 6.16 Quando utilizar o último índice conhecido, o calculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a titulo de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

"R" é o valor do reajustamento procurado;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

"V" é o valor contratual a ser reajustado;

"I1" é o índice relativo à data do reajuste;

"Io" é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta.

- 7.1 Os índices a serem considerados no reajustamento serão extraídos das tabelas publicadas na Revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas, correspondente à Coluna 39 – Custo Nacional da Construção Civil - Serviços de Consultoria.
- 7.2 Para fins de aplicação desta cláusula deverá inexistir culpa do contratado no não cumprimento do prazo inicialmente pactuado.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste Contrato e das obrigações constantes do Edital de Licitação, a **CONTRATADA**, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento, obriga-se a:

- 8.1. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da **CODEVASF**.
- 8.2. Comunicar-se formalmente com a **CODEVASF**, sempre que necessário. Mesmo as comunicações via telefone deverão ser ratificadas formal e posteriormente através do fax (38)2104-7845, e, no caso de informações mais extensas e/ou transferências de arquivos, pelo correio eletrônico e-mail.
- 8.3. Se responsabilizar pelo transporte interno e externo de do pessoal e dos insumos até o local de execução dos serviços.
- 8.4. Utilizar pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 8.5. Abster-se de contratar, para a prestação dos serviços objeto deste instrumento, familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na **CODEVASF** (conforme artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010).
- 8.6. Acatar as orientações da **CODEVASF** inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 8.7. Responder por quaisquer acidentes de que sejam vítimas seus empregados, bem como pelos acidentes causados a terceiros, quando executando o objeto deste contrato.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

- 8.8. Pagar pontualmente os encargos decorrentes das legislações Trabalhista, Previdenciária, Fiscal, Social, Comerciais e Ambiental vigentes, efetuando por sua conta, os recolhimentos em suas devidas épocas.
- 8.9. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 8.10. Fornecer toda mão-de-obra, bem como todo material e equipamentos porventura necessários à execução dos serviços contratados.
- 8.11. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a **CODEVASF** e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por dano resultante do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a **CODEVASF** isenta de qualquer penalidade e responsabilidade de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da **CONTRATADA**.
- 8.12. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação, inclusive no que se refere a sua regularidade fiscal, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 8.12.1. Em caso de verificação de descumprimento desta obrigação, a **CONTRATADA** será notificada a proceder à regularização da situação em um prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da referida notificação, sob pena de rescisão do contrato por descumprimento à obrigação contratual, respeitados o contradito e a ampla defesa.
- 8.12.2. O prazo assinalado de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **CONTRATADA**, durante o transcurso do prazo especificado na subcláusula 8.12.1, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **CODEVASF**.
- 8.13. Apresentar declaração assinada por seu representante legal e pelo seu responsável técnico (RT) de que os quantitativos apresentados estão em total conformidade com o projeto de engenharia apresentado.
- 8.14. Obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal relativas à execução dos serviços.
- 8.15. Tomar todas as precauções necessárias para evitar prejuízos a terceiros, ficando a mesma responsável pelos danos que ocorrerem em função dos serviços contratados.
- 8.16. Promover a anotação do Contrato no CREA com jurisdição no local de execução dos serviços (Lei n.º 6.496/77, Art. 1º), juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto deste instrumento, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

- 8.17 Informatizar os escritórios de campo e central, informando ainda os telefones para fax e endereço eletrônico de forma a possibilitar a comunicação e a transferência de dados para a **CODEVASF**.
- 8.18 Fornecer à **CODEVASF** os softwares (TopoGraph e demais softwares) a serem utilizados, para elaboração e conferência dos projetos.

9 CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O atraso injustificado na execução do contrato, a inexecução total ou parcial do mesmo, bem como a execução em desacordo com as especificações e condições acordadas, atribuíveis à **CONTRATADA** e ainda, caso esta impeça ou embarace, de alguma forma, a fiscalização, caracterizam o descumprimento total das obrigações assumidas, nos termos do art. 81 c/c arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, podendo a **CODEVASF**, garantida a prévia defesa, aplicar ao responsável as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CODEVASF**, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a **CODEVASF** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

- 9.1. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, e “d” acima poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 9.2. A sanção estabelecida na alínea “d” é de competência do Ministro da Integração Nacional, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

10 CLÁUSULA DEZ - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços será feita por uma equipe que atuará sob a responsabilidade do coordenador, formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a **CONTRATADA** está executando os trabalhos de acordo com o contrato e os documentos que o integram.

- 10.1 A **CONTRATADA** deverá, sempre que necessário, comunicar-se formalmente com a **CODEVASF**. Mesmo as comunicações via telefone devem ser ratificadas formal e posteriormente, através do fax (38) 2104-7838, e no caso de informações mais

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

extensas e/ou transferências de arquivos, pelo correio eletrônico (e-mail:).

- 10.2 A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se a **CONTRATADA** mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 10.3 A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a **CONTRATADA**, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a **CONTRATADA** assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 10.4 A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Gerência Regional de Empreendimentos de Irrigação – 1ª GRI, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.
- 10.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 10.6 Das decisões da Fiscalização poderá a **CONTRATADA** recorrer à Gerência de Regional de Empreendimentos de Irrigação – 1ª GRI, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 10.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 10.8 Fica a **CONTRATADA** obrigada a prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização, bem como a cumprir todas as ordens dela emanadas.

11 CLÁUSULA ONZE – MULTA

Em caso de inadimplemento de quaisquer das cláusulas contratuais por parte da **CONTRATADA**, poderá a **CODEVASF** aplicar multa no percentual de 0,1% (hum décimo por cento) ao dia sobre o valor global do contato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão.

- 11.1 O atraso na execução dos serviços, inclusive dos prazos parciais constantes do Cronograma Físico, constitui inadimplência passível de aplicação de multa conforme caput desta Cláusula e sub-cláusula 11.1 deste instrumento.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

- 11.2 Ocorrida a inadimplência a multa será aplicada pela **CODEVASF**, observando-se o seguinte:
- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da **CONTRATADA**. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a **CONTRATADA** será convocada para complementação do seu valor no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da convocação.
 - b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela **CONTRATADA** será convocada a recolher à Unidade Regional de Finanças - UFN da **CODEVASF/1ª SR** o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.
- 11.3 A **CONTRATADA** terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à **CODEVASF**. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.
- 11.4 Após o procedimento estabelecido na sub-cláusula anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da **CODEVASF**, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 11.5 Em caso de relevação da multa, a **CODEVASF** se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 11.6 Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

12 CLÁUSULA TREZE - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Concluídos os serviços, a **CONTRATADA** solicitará à **CODEVASF**, através da fiscalização, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação.

- 12.1 A fiscalização da **CODEVASF** emitirá o Termo de Encerramento Físico do Contrato após a confirmação de que todos os serviços foram feitos de acordo com as exigências deste contrato, nos termos do artigo 73, inciso I da Lei nº 8.666/93.
- 12.2 Na hipótese de necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a **CONTRATADA**, às suas expensas, complemente ou refaça os serviços rejeitados. Aceito e aprovado, o serviço/projeto, a **CODEVASF** emitirá o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, que deverá ser assinado por representante autorizado da **CONTRATADA**, possibilitando a liberação da caução contratual.
- 12.3 O Termo de Encerramento Físico do contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela **CODEVASF** sobre todos os serviços executados.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

- 12.4 A última fatura dos serviços somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

13 CLÁUSULA QUATORZE – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Caução de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizado até a data de assinatura do Contrato, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a critério da **CONTRATADA**.

- 13.1 Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda na forma do Art. 56, Inciso I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).
- 13.2 Nesta modalidade, a **CONTRATADA** deverá ainda transferir a posse dos títulos à Administração até o final do prazo previsto para a assinatura do Termo de Encerramento Físico do Contrato, ou até o adimplemento da sanção aplicada.
- 13.3 A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela **CODEVASF**, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da **CODEVASF**.
- 13.4 A garantia prestada sob as modalidades fiança bancária ou seguro garantia deverá acobertar todas as obrigações contratuais, **sem qualquer exceção**, sob pena de não aceitação da mesma.
- 13.5 A **CONTRATADA** deverá manter atualizada a garantia contratual até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 13.6 A não integralização da garantia no prazo estabelecido inviabilizará a assinatura do contrato ou de seus respectivos aditamentos, representando inadimplência da **CONTRATADA**, sujeitando-a às penalidades previstas nos art.s 81 ou 87 da Lei n.º 8.666/93.
- 13.7 Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
1.ª Superintendência Regional

- 13.8 Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução das obras, serviços e fornecimentos.
- 13.9 Não haverá qualquer restituição de caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a caução reverterá e será apropriada pela **CODEVASF**.

14 CLÁUSULA QUINZE - RESCISÃO

O presente Contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela **CODEVASF**, com a conseqüente perda da caução de execução e da idoneidade da **CONTRATADA**, nos termos do art. 78, incisos I a VII e XVII da Lei nº 8.666/93, observados as disposições dos arts. 77, 79 e 80 da citada lei.

15 CLÁUSULA DESESESSEIS – PUBLICAÇÃO

A **CODEVASF** providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial da União, na forma prevista no § único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

16 CLÁUSULA DEZESSETE – FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Montes Claros, para dirimir questões oriundas deste contrato.

E por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que, após ser lido e achado conforme é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas.

Montes Claros- MG

Pela CODEVASF

ALDIMAR DIMAS RODRIGUES
Superintendente Regional – CODEVASF – 1ª SR
RG nº M-274.308 SSP/MG
CPF nº 149.203.956-04

Pela CONTRATADA:

.....

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF nº:

NOME:
CPF nº: